

TEXTO PARA DISCUSSÃO/Nº 243

Despesas Governamentais com Educação: 1986 - 1990

Antonio Emílio Sendim Marques

DEZEMBRO DE 1991



Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
é uma Fundação vinculada ao Ministério da Economia,
Fazenda e Planejamento

PRESIDENTE

Roberto Macedo

DIRETOR TÉCNICO

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

DIRETOR TÉCNICO ADJUNTO

Marcos Reginaldo Panariello

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Renato Moreira

COORDENADOR DE DIFUSÃO TÉCNICA E INFORMAÇÕES

Antonio Emílio Sendim Marques

COORDENADOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA

Adelina Teixeira Baena Paiva

COORDENADOR DE POLÍTICA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA

Luis Fernando Tironi

COORDENADOR DE POLÍTICA MACROECONÔMICA

Eduardo Felipe Ohana

COORDENADOR DE POLÍTICA SOCIAL

Luiz Carlos Eichenberg Silva

COORDENADOR REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Varsano

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar
resultados de estudos desenvolvidos no IPEA, informando
profissionais especializados e recolhendo sugestões.

Tiragem: 200 exemplares

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Brasília:

SGAN Q. 908 - MÓDULO E - Cx. Postal 040013

CEP 70.312

Rio de Janeiro:

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 17º andar

CEP 20.020

SUMÁRIO

1. Introdução

2. Limitações e Dificuldades das Análises

3. Comportamento das Despesas
Federais

4. Comportamento das Despesas
Governamentais

5. Conclusão

Anexos

**DESPESAS GOVERNAMENTAIS COM
EDUCAÇÃO: 1986 - 1990**

Antonio Emílio Sendim Marques

Técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SINOPSE

As despesas com educação realizadas pelo governo, no Brasil, no quinquênio 1986-1990, são analisadas em três partes. Na primeira, são evidenciadas as limitações e dificuldades encontradas nesse tipo de estudo. Em seguida, são examinadas as despesas federais, tanto as realizadas com recursos do Tesouro, quanto as de Outras Fontes. Em terceiro, as despesas governamentais com educação são consideradas em seu conjunto: federais, estaduais e municipais. Informações mais recentes, e que fundamentam a análise, são apresentadas em anexo.

1. Introdução

O período compreendido entre 1981 e 1984 foi marcado pela alta taxa dos juros internacionais e a pressão desses juros sobre a dívida externa brasileira. A contenção da despesa pública e a recessão da economia impostas pelas exigências estabelecidas pelos organismos financeiros internacionais e que permanecem até a presente data, por si só, certamente provocaram consideráveis impactos no setor educacional. De 1985 a 1990, foi atribuída, pelos estudiosos, crescente importância aos conflitos entre o chamado ajuste e o crescimento, o que resultou, quase sempre, na busca do aumento dos níveis de investimento ou, ao contrário, na redução dos gastos correntes para privilegiar os gastos com capital. Nas atribuições federais no âmbito da educação, esta tendência pela formação de capital em oposição a sua manutenção implicou, por exemplo, o abandono dos prédios dos *campi* universitários, na falta de material básico de consumo para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e na obsolescência das bibliotecas universitárias.

2. As Limitações e Dificuldades das Análises

A Constituição de 1988 consagrou a existência de um sistema federal de ensino, de sistemas estaduais e sistemas municipais, o que significa que cada instância do poder público tem sua rede para manter e expandir, com mecanismos e fontes de recursos próprios. Assim é que, como já ocorria, a União aplica parte de seus recursos na manutenção do seu sistema de ensino (compreendendo universidades federais, hospitais universitários e escolas técnicas federais, basicamente) e na execução de programas próprios (principalmente de alimentação escolar e livros didáticos), transferindo uma parcela diretamente aos sistemas estaduais e municipais (Fundos de Participação e Salário Educação, basicamente). Os estados recebem recursos federais transferidos que se somam aos recursos próprios, e os municípios somam aos recursos próprios aqueles transferidos dos governos federal e estadual.

Devido a esta complexa estrutura, a administração do sistema educacional resulta bastante problemática, e a análise do impacto da contenção ou irregularidade dos gastos, em qualquer dos níveis de ensino, bastante prejudicada. Soma-se a estas restrições, a precariedade das informações que, ajustadas nas diferentes esferas, carecem de suficiente consistência e fidedignidade, males que se agravaram neste último quinquênio. As raras tentativas de análise existentes têm sido mais recentemente comprometidas, ademais, por estarem direcionadas a justificar pressupostos.

Na esfera federal, a análise dos dados tem sido dificultada, principalmente, pelas constantes mudanças ocorridas na peça orçamentária que a cada ano tem agregado receitas e despesas antes dispersas em outros orçamentos. Conseqüentemente, os balanços têm, nos últimos anos, agregado novas receitas, como ocorreu com a amortização da dívida nos anos de 88 e 89. Somente assim se explica o fato de as despesas da União, em valores constantes (Tabela 3.2), que eram de 179 bilhões em 1987, crescerem para 225 bilhões em 1988 e 529 bilhões em 1989, embora não ocorra o mesmo com as despesas na Função Educação e Cultura e do MEC. Há que se chamar também a atenção para o fato de o Balanço Geral da União contabilizar somente os recursos do Tesouro, não apresentando resultados de execução daqueles oriundos de Outras Fontes. Tal fato obriga ao uso dos Quadros de Detalhamento das Despesas (QDD), que são uma previsão atualizada trimestralmente das despesas a serem realizadas, e que se baseiam na execução do trimestre anterior, incluindo recursos do Tesouro e Outras Fontes. Nestes QDDs estão considerados os recursos provenientes de Outras Fontes, consistindo, assim, no único "balanço" dos recursos de Outras Fontes disponível, não obstante, de fato, tratar-se de uma previsão "mais atualizada" da despesa a ser realizada e que pode vir a ocorrer a maior ou a menor. O uso alternado de resultados dos Balanços Gerais da União (Tabelas 3.1 e 3.2) e de resultados dos QDDs do 4º Trimestre (Tabelas 1.1, 1.2, 2.1 e 2.2) explicam os totais distintos apresentados para o MEC nos dois grupos de tabelas.

3. Comportamento das Despesas federais

No período 1986/88, o Produto Interno Bruto, conforme calculado pelo IBGE (Tabela 3.2), caiu em 7,7%, com o crescimento de 3,4% para o ano de 1989, o que reduz a queda do período 1986/89 para 4,5%. Apesar de o crescimento da riqueza nacional haver sido negativo, no mesmo período os recursos na Função Educação e Cultura, ou seja, o total dos recursos gastos pelo governo federal no setor ou transferido a outros sistemas, apresentam um crescimento de 16,6%. Já os recursos do Tesouro para o MEC subiram em 23,5% no período.

Na composição das receitas destinadas ao MEC, no período 86/89, houve uma mudança surpreendente entre a participação relativa das fontes. Os recursos provenientes do Tesouro tiveram um incremento de 25,6%, e os provenientes de Outras Fontes, de 16%. Dentre os recursos oriundos do Tesouro, aqueles que resultam da arrecadação geral de impostos, havia, até a Constituição de 1988, uma vinculação obrigatória de 13%, elevada então para 18%. Esta mudança de percentuais na obrigatoriedade da aplicação dos impostos não explica a abrupta elevação de 34% dos recursos Ordinários entre 1987 e 1988. Essa elevação de 34% é, em parte, aparente, por razões de natureza contábil, uma vez que no ano de 88 foram inscritos na fonte "Ordinários" recursos que, em 87, estavam inscritos em "Outros" dos Vinculados. No período, os recursos dessa fonte tiveram um crescimento de 57,2%. Já os usualmente chamados de Vinculados foram reduzidos em exatos 50% no período. O Salário Educação apresentou uma queda de 26,4%, mas há que se considerar que, enquanto a Quota Federal sofreu uma redução de 46%, aqueles recursos diretamente arrecadados através do Sistema de Manutenção do Ensino - SME - permaneceram praticamente estáveis no período.

Ainda entre as fontes vinculadas, os recursos oriundos de Operações de Crédito internas e externas apresentaram uma redução de 58,2% no período, enquanto aqueles provenientes do FINSOCIAL foram reduzidos em quase 60%. Essa redução dos recursos do FINSOCIAL pode estar representando uma justificada substituição destes por Ordinários, que devido à vinculação dos impostos, têm que necessariamente ser aplicados em educação.

Na distribuição dos recursos do MEC pelos diversos programas(Tabelas 2.1 e 2.2), verifica-se que, no período 86/89, a participação do Ensino Superior foi crescente, passando dos 50%, em 86, para 64%, em 89, e que a participação do Ensino de 1º Grau foi decrescente, caindo de 33% para 16,3%. Os recursos para o Programa de 2º Grau tiveram uma leve ascensão de 7% para 8,1%. Encontra-se pontualmente em 1989, uma excepcional diminuição dos recursos para o Programa de Assistência ao Educando, reflexo da repentina redução dos recursos do FINSOCIAL.

4. Comportamento Despesas Governamentais

A despesa total, com recursos dos tesouros da União, Estados e Municípios, na Função Educação e Cultura (Tabela 6.1), correspondeu, na média do período 86/88, às seguintes participações: 39,9% (União), 44% (Estados) e 16,1% (Municípios). A participação da União subiu, no período, de 35,7% para 44,2%, a dos estados caiu de 47,1% para 40,9%, o que também ocorreu com os municípios, com uma redução de 17,2% para 14,9%. No âmbito do governo federal, verificou-se uma redução da participação de Outros Órgãos em favor do MEC, ocorrendo, concomitantemente, um crescimento real em valores absolutos.

No período 86/88, houve uma redução de 10% no total das despesas estaduais suportadas com recursos do tesouro (Tabela 4.1 e 4.2) mas as despesas na Função Educação e Cultura sofreram um decréscimo de 20%. Embora o detalhamento disponível para os dados seja insuficiente, parece improvável que a vinculação de 25% da receita de impostos à educação, vigente à época, estivesse sendo cumprida. O único programa que apresentou crescimento das despesas foi o de Ensino Superior. Houve uma redução de 28% nas despesas com o Programa de Ensino Básico, que correspondiam a 60% na Função em 86 e caíram para 54%, em 1988. O Programa de 2º Grau teve reduzida sua participação relativa no total dos recursos, apresentando uma redução de 28% no três anos do período.

Quanto aos sistemas municipais há um crescente desconhecimento das despesas realizadas. No final da década de 70, os municípios com menos de 50 mil habitantes foram desobrigados de apresentar seus balanços discriminados por função, fazendo com que somente os municípios das capitais e de porte médio tenham, hoje, informações de execução orçamentária na Função Educação e Cultura. Atualmente, estas informações não estão disponíveis nem mesmo de forma agregada, uma vez que a unidade do antigo Ministério da Fazenda, que a consolidava, foi extinta na última reforma administrativa, não tendo a tarefa sido delegada a nenhum sucessor. De qualquer forma, os orçamentos municipais e os balanços são elaborados de tal maneira, que os demonstrativos financeiros acabam por espelhar com muito pouca fidedignidade a efetiva natureza do gasto. A obrigatoriedade da aplicação dos 25% da receita de impostos, na atual conjuntura, colaborou, provavelmente, muito mais para reduzir a fidedignidade dos balanços do que para carrear novos recursos para a educação.

As despesas totais com recursos dos tesouros municipais, no período 86/88, sofreram uma queda real de 11,4%. Contudo, as despesas com educação apresentaram uma queda maior, da ordem de 20,4%, enquanto as outras Funções tiveram uma redução de apenas 9%. A participação relativa das despesas com o Programa de 1º Grau subiu de 52,8% para 56,7%, mas houve 15% de redução nas despesas totais com o Programa.

5. Conclusão

Em síntese, no período 86/89, o Produto Interno Bruto esteve em queda (4,4%). Entretanto, os recursos da União para a Função Educação e Cultura foram ascendentes (16,6%), assim como os do MEC (23,5%). Este incremento é resultado do crescente aporte dos recursos ordinários (57,2%), por força da vinculação da receita de impostos. Todas as outras fontes do Tesouro da União (Salário Educação, FINSOCIAL e outras) sofreram queda média de 50%.

Na despesa por Programas, a União privilegiou o Ensino Superior com um aumento de 59%, absorvendo de 50% (em 86) a 64% (em 89) dos recursos totais do MEC, em detrimento do Ensino de 1º Grau, o qual sofreu uma redução de 39% no período, passando de 33% (em 86) a 16% (em 89) o nível de participação nos recursos do Ministério.

O total de recursos na Função Educação e Cultura no Brasil foram, no período 86/88, assim aplicados: 44%, pelos Estados, 40% pela União e 16% pelos Municípios. Nessa distribuição, os recursos da União cresceram de 35,7% (em 86) para 44,2% (em 88), enquanto os recursos Estaduais e Municipais aplicados caíram de 47,1% e 17% para 40,9% e 14,9% respectivamente. Os recursos totais para a Educação, no Brasil, em valores absolutos, caíram em 8%. Igual, portanto, à queda ocorrida no PIB, no mesmo período.

ANEXOS

TABELA 1.1

DESPESAS REALIZADAS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, POR FONTES.
- TESOURO E OUTRAS FONTES -
1986 - 1990

Em mil cruzeiros correntes.

	1986	1987	1988	1989	1990
1 - RECURSOS DO TESOURO	34.433,4	133.790,3	1.114.897,9	16.845.283,0	490.245.066,4
1.1 - ORDINÁRIOS	24.266,3	81.947,6	861.763,8	13.804.748,0	302.206.788,8
1.2 - VINCULADOS	10.167,1	51.842,8	253.134,1	1.840.635,0	158.038.877,6
1.2.1 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.000,0	8.633,0	60.680,0	798.598,0	33.166.142,5
1.2.2 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.288,3	4.524,0	32.170,2	194.625,0	1.130.655,8
1.2.3 - FINSOCIAL	5.809,2	16.170,0	111.156,5	841.843,0	18.276.537,6
1.2.4 - OUTROS	69,6	22.515,8	49.127,4	5.469,0	105.466.541,7
2 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES	6.591,6	23.105,6	186.032,8	2.767.243,0	57.193.645,0
2.1 - DIRETAMENTE ARRECADADOS	5.990,0	16.990,1	145.018,5	2.368.232,0	...
2.2 - OUTROS	601,6	7.115,6	41.014,3	399.011,0	...
TOTAL	41.025,0	156.895,9	1.300.930,7	18.412.526,0	517.438.711,4

FONTE: "Quadros de Detalhamento da Despesa"(ODD)/MEC-4º Trimestre.

TABELA 1.2

DESPESAS REALIZADAS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, POR FONTES.
- TESOIRO E OUTRAS FONTES -
1986 - 1990

Em mil cruzeiros constantes de 1990

	1986	1987	1988	1989	1990
1 - RECURSOS DO TESOIRO	353.793.113,0	423.259.746,9	449.671.325,2	444.329.973,5	490.245.666,4
1.1 - ORDINÁRIOS	249.329.329,9	259.249.705,6	347.497.539,8	392.058.316,5	302.206.788,6
1.2 - VINCULADOS	104.463.783,1	164.010.040,2	102.073.785,4	52.271.657,1	158.038.877,6
1.2.1 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO	30.824.146,6	27.311.397,8	24.468.608,7	22.680.384,1	33.166.142,5
1.2.2 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	13.238.916,0	14.312.001,3	12.972.303,1	6.527.399,0	1.130.655,8
1.2.3 - FINSOCIAL	59.687.877,6	51.155.485,0	44.822.732,5	23.908.553,0	18.278.537,6
1.2.4 - OUTROS	714.842,8	71.231.156,1	19.810.141,1	155.321,0	105.465.541,7
2 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES	67.726.815,0	73.097.081,7	75.015.842,7	78.590.397,4	57.193.645,0
2.1 - DIRETAMENTE ARRECADADOS	61.545.546,1	50.586.235,5	58.477.257,4	67.258.384,6	...
2.2 - OUTROS	6.181.268,9	22.510.846,2	16.538.585,3	11.332.012,8	...
TOTAL	421.519.928,0	496.356.827,6	524.687.168,0	522.920.371,0	547.439.311,4

FONTE: - "Quadros de Detalhamento da Despesa"(QDD)/MEC-4º Trimestre.
- Valores Constantes pelo IGP/DI-FGV.

TABELA 2.1

DESPESAS REALIZADAS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, POR PROGRAMAS.
- TESOIRO E OUTRAS FONTES -
1986 - 1990

Em mil cruzeiros correntes.

	1986	1987	1988	1989	1990
ADMINISTRAÇÃO	916,2	3.766,1	16.639,4	716.558,0	12.780.962,2
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	643,6	2.302,2	17.234,4	27.752,0	4.396.285,3
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	466,1	4.544,2	16.796,0	22.458,0	496.310,1
ENSINO DE 1º GRAU	13.505,1	36.608,9	223.741,6	2.991.903,0	147.197.365,5
ENSINO DE 2º GRAU	2.868,8	10.467,4	94.666,4	1.505.250,0	31.027.026,9
ENSINO SUPERIOR	20.467,4	89.564,8	813.736,9	11.774.981,0	215.764.130,3
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	226,3	1.124,1	7.646,4	45.910,0	1.145,5
ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS	124,4	543,1	3.952,7	11.310,0	1.465.773,0
EDUCAÇÃO ESPECIAL	150,1	278,6	4.955,7	60.990,0	614.189,6
OUTROS	1.647,6	7.706,2	102.306,5	1.256.315,0	103.496.111,4
TOTAL	41.024,6	156.895,6	1.300.900,2	18.412.530,0	517.439.312,0

FONTE: - "Quadros de Detalhamento da Despesa"(QDD)/MEC-4º Trimestre.

TABELA 2.2

DESPESAS REALIZADAS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, POR PROGRAMAS.
- TESOUREO E OUTRAS FONTES -
1986 - 1990

Em mil cruzeiros constantes de 1990

	1986	1987	1988	1989	1990
ADMINISTRAÇÃO	9.403.419,7	11.914.451,0	6.709.689,8	20.350.427,5	12.780.952,2
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	6.612.806,9	7.283.250,3	6.949.597,6	788.163,8	4.396.285,3
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	4.686.297,8	14.376.051,6	6.370.383,8	637.812,9	496.310,1
ENSINO DE 1º GRAU	138.761.061,0	116.816.081,3	90.221.619,0	84.970.798,0	147.197.385,5
ENSINO DE 2º GRAU	29.476.104,0	33.114.713,9	38.182.140,1	42.749.478,7	31.027.028,9
ENSINO SUPERIOR	210.502.207,4	283.315.969,7	328.131.178,7	334.412.423,0	215.764.130,3
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	2.325.168,1	3.556.207,8	3.163.981,5	1.275.295,3	1.145,6
ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS	1.278.174,6	1.718.153,6	1.593.886,3	321.206,8	1.465.773,0
EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.542.234,8	881.380,2	1.998.335,9	1.732.131,3	814.189,8
OUTROS	16.927.593,9	24.379.369,1	41.254.061,9	35.679.747,3	103.496.111,4
TOTAL	421.516.055,1	495.355.628,6	524.574.854,6	522.920.454,6	617.439.512,0

FONTE: - "Quadros de Detalhamento de Despesa", (QDD)/MEC-4º Trimestre.
- Valores Constantes pelo IGP/DI-FGV.

- TESOURO -
1986 - 1990

Em mil cruzeiros correntes.

ANO	PIB (A)	UNIÃO (B)	FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA (C)	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (D)
1986	3.061.800,0	548.108,7	57.561,9	39.592,4
1987	11.536.600,0	1.615.099,6	212.167,2	140.566,7
1988	86.197.500,0	15.857.926,1	1.674.999,5	1.300.900,7
1989	1.266.348.300,0	529.882.016,0	24.285.628,5	17.692.345,9
1990	32.353.476.743,0	21.550.391.162,8	507.593.162,9	480.245.666,4

FONTE: - Balanço Geral da União.
- PIB calculado pelo IBGE.

TABELA 3.2

PRODUTO INTERNO BRUTO E DESPESAS REALIZADAS PELA UNIÃO, FUNÇÃO EDUC. E CULTURA E MEC.
- TESOIRO -
1986 - 1990

Em mil cruzeiros constantes de 1990

ANO	PIB (A)	UNIÃO (B)	FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA (C)	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (D)
1986	37.623.953.400,8	5.631.660.982,9	591.432.149,0	408.800.647,9
1987	36.497.239.852,1	5.109.536.387,3	671.181.475,9	444.697.446,8
1988	34.758.270.491,2	6.394.548.389,8	675.426.615,5	524.575.058,3
1989	35.964.810.331,6	15.048.782.572,0	689.717.959,8	502.467.074,9
1990	32.353.476.743,0	21.580.391.162,8	507.593.162,9	460.245.666,4

FONTE: - Balanço Geral da União.
- Valores Constantes pelo IGP/DI-FGV.
- PIB calculado pelo IBGE.

TABELA 4.1

DESPESA ESTADUAL REALIZADA NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA, POR PROGRAMAS.
 - TESOURO -
 1986-1988
 BRASIL

Em mil cruzeiros correntes.

	1986	1987	1988
1.0 - DESPESA ORÇAMENT.TOTAL	379.935,1	1.141.838,0	8.711.680,8
1.1 - FUNCAO EDUCAÇÃO E CULT.	75.279,3	230.475,8	1.531.045,6
1.1.1 - ENSINO DE 1º GRAU	45.146,9	131.214,0	826.447,0
1.1.2 - ENSINO DE 2º GRAU	6.718,6	20.093,7	123.582,0
1.1.3 - ENSINO SUPERIOR	7.881,3	31.088,4	203.026,3
1.1.4 - ASSISTENC.EDUCANDOS	986,1	2.274,2	14.581,1
1.1.5 - OUTROS PROGRAMAS	14.547,4	45.805,5	363.429,2
1.2 - OUTRAS FUNÇÕES	304.656,8	911.362,2	7.180.635,0

FONTE: Balanços Gerais dos Estados e do Distrito Federal apud MEC/SEEC

OBS: - Em 1987, Rio de Janeiro e Rondônia estão com dados estimados.

- Em 1988, Rondônia está com dados estimados e Bahia com detalhamento estimado por programa.

TABELA 4.2

DESPESA ESTADUAL REALIZADA NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA, POR PROGRAMAS.
 - TESOURO -
 1986-1988
 BRASIL

Em mil cruzeiros constantes de 1990

	1986	1987	1988
1.0 - DESPESA ORÇAMENT.TOTAL	3.903.725.079,9	3.612.323.852,6	3.512.897.134,2
1.1 - FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULT.	773.473.394,3	729.134.281,6	617.378.680,6
1.1.1 - ENSINO DE 1º GRAU	483.861.280,7	415.109.202,9	333.256.395,1
1.1.2 - ENSINO DE 2º GRAU	89.031.703,9	63.568.520,1	49.825.127,4
1.1.3 - ENSINO SUPERIOR	80.978.115,7	96.351.402,6	81.865.303,1
1.1.4 - ASSISTENC. EDUCANDOS	10.131.897,0	7.194.669,4	5.679.681,2
1.1.5 - OUTROS PROGRAMAS	149.470.397,0	144.910.485,6	146.549.150,9
1.2 - OUTRAS FUNÇÕES	3.130.251.685,6	2.883.189.571,1	2.895.518.473,6

FONTE: Balanços Gerais dos Estados e do Distrito Federal apud MEC/SEEC

OBS: - Em 1987, Rio de Janeiro e Rondônia estão com dados estimados.

- Em 1988, Rondônia está com dados estimados e Bahia com detalhamento estimado por programa.

- Valores Constantes pelo IGP/DI-FGV.

TABELA 5.1

DESPESA MUNICIPAL REALIZADA NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA, POR PROGRAMAS.
 - TESOURO -
 1986-1988
 BRASIL

Em mil cruzeiros correntes.

	1986	1987	1988
1.0 - DESPESA ORÇAMENT.TOTAL	134.212,8	409.255,4	3.029.067,4
1.1 - FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULT.	27.536,5	84.482,2	558.184,3
1.1.1 - ENSINO DE 1º GRAU	14.562,3	45.676,8	316.375,8
1.1.2 - ENSINO DE 2º GRAU	363,6	1.036,2	7.557,5
1.1.3 - ENSINO SUPERIOR	91,1	226,5	1.378,9
1.1.4 - ASSISTENC. EDUCANDOS	777,1	2.799,0	16.005,3
1.1.5 - OUTROS PROGRAMAS	11.752,4	34.743,7	216.866,8
1.2 - OUTRAS FUNÇÕES	106.676,3	324.773,2	2.470.883,1

FONTE: Balanços Gerais dos Estados e do Distrito Federal apud MEC/SEEC
 OBS: Não estão necessariamente incluídos todos os municípios de pequeno porte.

TABELA 5.2

DESPESA MUNICIPAL REALIZADA NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA, POR PROGRAMAS.
 - TESOIRO -
 1986-1988
 BRASIL

Em mil cruzeiros constantes de 1990

	1986	1987	1988
1.0 - DESPESA ORÇAMENT.TOTAL	1.378.998.343,2	1.294.722.231,4	1.221.440.807,7
1.1 - FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULT.	282.929.704,7	267.268.269,4	225.082.176,2
1.1.1 - ENSINO DE 1º GRAU	149.620.743,1	144.603.330,7	127.575.343,1
1.1.2 - ENSINO DE 2º GRAU	3.735.886,6	3.278.127,0	3.047.485,5
1.1.3 - ENSINO SUPERIOR	936.026,6	716.556,4	556.027,5
1.1.4 - ASSISTENC. EDUCANDOS	7.984.481,5	8.854.929,0	6.453.975,4
1.1.5 - OUTROS PROGRAMAS	120.752.567,0	109.915.326,2	87.449.344,8
1.2 - OUTRAS FUNÇÕES	1.096.066.638,4	1.027.453.962,0	996.358.631,5

FONTE: Balanços Gerais dos Estados e do Distrito Federal apud MEC/SEEC

OBS: - Não estão necessariamente incluídos todos os municípios de pequeno porte.

- Valores Constantes pelo IGP/DI-FGV.

TABELA 6.0

BRASIL - DESPESA NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA
1986 - 1989
TESOURO

Em mil cruzeiros constantes de 1990.

	1986		1987		1988		1989		1990	
	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%
União	591.432.149,0	35,9	671.181.475,9	40,2	675.426.615,5	44,5	689.717.959,6	...	507.593.162,9	...
MEC	406.800.647,9	24,7	444.697.446,8	26,7	524.575.056,3	34,6	502.467.074,9	...	480.245.666,4	...
Outros	184.631.501,1	11,2	226.484.029,1	13,6	150.851.559,2	9,9	187.250.864,7	...	47.347.496,5	...
Estados e DF	773.473.394,3	46,9	729.134.281,6	43,7	617.378.660,6	40,7
Municípios	282.929.704,7	17,2	267.268.269,4	16,0	225.062.176,2	14,5
TOTAL	1.647.835.248,0	100,0	1.667.584.026,9	100,0	1.517.887.452,3	100,0

FONTE: Balanços Gerais da União, Estados, DF e Municípios.

OBS: - Não estão necessariamente incluídos todos os municípios de pequeno porte.
 - Valores Constantes pelo IGP/DI-FGV

